

# **PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO PARA ESTUDANTES COM AUTISMO NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA PROPOSTA INCLUSIVA**

JÚLIA VICTORIA CASALINHO PEREIRA<sup>1</sup>; SÍGLIA PIMENTEL HÖHER  
CAMARGO<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [juliacasalinho@gmail.com](mailto:juliacasalinho@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [siglia.camargo@ufpel.edu.br](mailto:siglia.camargo@ufpel.edu.br)

## **1. INTRODUÇÃO**

O aumento do número de matrículas de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas, aliado à falta de conhecimento e à carência do uso de metodologias validadas cientificamente pelos professores e gestores no ensino regular (Costa, Camargo, 2024) resultam em um cenário desafiante para a inclusão escolar, levando grande parte dos professores a não sentirem-se preparados para trabalhar com os alunos com TEA (Camargo et al., 2020).

Nessa perspectiva, buscar alternativas que auxiliem o professor considerando necessidades e adequações curriculares individualizadas (aliado aos conteúdos desenvolvidos com os demais alunos), é uma demanda importante para a pesquisa na área da educação inclusiva. Estudos nacionais têm demonstrado (Costa, 2016; Pereira, Nunes, 2018; Costa, 2023, Silva, 2024) o Plano Educacional Individualizado (PEI) como uma metodologia de trabalho colaborativa promissora no processo de ensino-aprendizagem de crianças com autismo, ou seja, tanto para os alunos quanto para as práticas dos professores (Silva, Camargo, 2021).

Ele apresenta metas e objetivos acadêmicos e funcionais de estudantes público-alvo da Educação Especial (Nunes et al., 2024). Nele deve constar nível atual de desempenho dos estudantes, metas, objetivos e avaliações contextualizados com o currículo do ensino regular (Pereira, Nunes, 2018). Além disso, o PEI deve contar com a participação de uma equipe multidisciplinar: professor regente, professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), demais profissionais da escola, profissionais externos (psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais - quando houver), família ou demais responsáveis, e, quando possível, o próprio aluno (Costa, Camargo, 2024; Oliveira et al., 2022).

O PEI não é descrito nas bases legais brasileiras de forma objetiva e clara, ele é apresentado somente como uma possibilidade e não como algo obrigatório (Costa, Camargo, 2024). Por isso, a exigência da organização do Plano fica a cargo de cada estado ou município. A proposta do PEI é fortalecer a inclusão de estudantes com deficiência, sistematizar o trabalho do professor, incluir a contribuição de profissionais externos e tornar a participação da família mais efetiva no processo de escolarização e desenvolvimento destes estudantes.

Com isso, o objetivo deste trabalho é apresentar resultados de pesquisas científicas que realizaram a implementação do PEI, e argumentar sobre a importância do Plano para a inclusão de estudantes com deficiência.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – Código de Financiamento 001.

## 2. METODOLOGIA

Para a realização deste estudo foi feita uma revisão de literatura nas bases de dados Capes, Scielo e Google Acadêmico buscando identificar pesquisas nacionais que abordassem a implementação do PEI para estudantes com autismo no contexto escolar. As palavras-chave utilizadas foram: Plano Educacional Individualizado, PEI, implementação do PEI, e foram combinadas com autismo ou TEA. Foram excluídos os estudos de revisão de literatura e/ou bibliográficos. Os resultados apontaram para um total de 4 trabalhos que realizaram a implementação do PEI para estudantes com TEA.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos últimos anos, o PEI tem sido foco de pesquisa em muitos estudos brasileiros (Costa e Camargo, 2024). Porém, ainda são poucos os trabalhos que realizam a implementação do Plano.

Costa (2016) avança a temática ao realizar a implementação do PEI para um menino de 11 anos com autismo matriculado no Ensino Fundamental de uma escola regular. Segundo o autor, houve ganhos no trabalho colaborativo entre os membros da equipe, refletindo diretamente em benefícios também para o aluno.

Pereira e Nunes (2018) também realizam a implementação do PEI, e evidenciam, com base em dados qualitativos e quantitativos, que com o Plano houve mudanças significativas nas áreas acadêmicas e/ou funcionais de uma criança de 5 anos matriculada na Educação Infantil de uma escola privada. Mais especificamente, ela obteve avanços na escrita e no momento do lanche, passando a realizar tarefas com mais autonomia.

Costa (2023) buscou avaliar as possíveis contribuições da implementação de um PEI tradicional e outro eletrônico. Neste estudo, houve a implementação do PEI para dois estudantes do Ensino Fundamental com 8 e 9 anos de idade, e para um estudante do Ensino Médio com 16 anos, todos com diagnóstico de TEA. O autor constatou, por meio de pesquisa experimental, evolução do nível de trabalho colaborativo, com efeito em uma consciência mais funcional acerca do tempo de planejamento entre os professores.

Por fim, Silva (2024) implementou um PEI para uma criança de 9 anos com autismo que frequentava o 4º ano do Ensino Fundamental. Segundo a autora, o estudante teve avanços na área da leitura e da escrita e na qualidade da brincadeira. Os resultados demonstraram a importância do estabelecimento de objetivos claros e da avaliação constante dos avanços do estudante, para que novos objetivos de maior complexidade fossem elaborados.

Com isso, as pesquisas que implementaram o PEI evidenciaram questões principais: a primeira é que quando os alunos recebem o suporte necessário e individualizado de acordo com as suas necessidades específicas, eles podem apresentar benefícios em habilidades acadêmicas e funcionais. A segunda é que o PEI fomenta o trabalho colaborativo, e ainda que este seja limitado - em função da falta de participação de alguns membros da equipe -, há evidências de ganhos no trabalho dos professores. E por fim, a terceira, é que mesmo que o estudante com TEA receba adequações necessárias à sua aprendizagem, o currículo é o mesmo para toda a turma, portanto, o objetivo do PEI não é excluir/isolar o estudante, mas dar a ele a mesma oportunidade de aprender que os demais colegas. O PEI, portanto, contribui para o processo de inclusão de estudantes com TEA e demais deficiência.

#### 4. CONCLUSÕES

Ao buscar selecionar referências bibliográficas nacionais sobre resultados da implementação do PEI para estudantes com TEA no contexto escolar, percebeu-se que eles ainda são poucos, mesmo havendo uma crescente de publicações sobre o Plano no Brasil (Silva, Camargo, 2021). Isso salienta a relevância de publicações de pesquisas com resultados qualitativos e quantitativos sobre o PEI, que poderão contribuir para futuras investigações que regulamentem o uso do Plano para estudantes com deficiência a nível nacional, visto que o seu uso, conceito, função, estrutura e aplicação prática é ainda apresentado de forma ampla e confusa no Brasil (Costa, Camargo, 2024).

Apesar dos estudos que realizaram a implementação do PEI evidenciarem os avanços no desenvolvimento dos estudantes e no trabalho dos professores, é preciso reconhecer alguns limites nas pesquisas, como o de avaliar os benefícios do PEI no desempenho escolar, pois eles vão depender das intervenções utilizadas para atingir as metas e os objetivos de aprendizagem; a presença de apenas um participante, o que impede a verificação de causa e efeito e compromete a eficácia do estudo; e a falta de participantes na equipe PEI, como mais integrantes da família e profissionais externos. Essas limitações podem ser diminuídas com o aprofundamento de pesquisas científicas que evidenciem a contribuição do PEI para a efetiva inclusão dos estudantes com TEA nas escolas.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMARGO, S. P. H.; SILVA, G. L.; CRESPO, R.; OLIVEIRA, C. R.; MAGALHÃES, S. L. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em Revista**, p. 1-22, 2020.
- COSTA, D. S. da. **Plano Educacional individualizado: implicações no trabalho colaborativo para inclusão de alunos com autismo**. Orientador: Carlo Schmidt. 2016. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.
- COSTA, D. S. da. **Plano Educacional Individualizado e tecnologia: contribuições na práxis educacional para a inclusão de alunos com autismo**. Orientadora: Sígla Pimentel Höher Camargo. 2023. 268f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.
- COSTA, D. da S.; CAMARGO, S. P. H. Bases legais e conceituais do Plano Educacional Individualizado. In: **PEI: Plano Educacional Individualizado para alunos com deficiência**. Belo Horizonte, MG: Editora Ampla, 2024.
- NUNES, D. R. de P.; SCHMIDT, C.; CÂNDIDO, E. D. Aspectos avaliativos do PEI identificados na literatura nacional. In: **PEI: Plano Educacional Individualizado para alunos com deficiência**. Belo Horizonte, MG: Editora Ampla, 2024.
- OLIVEIRA, M. A. de; SILVA, R. M. M. da; ZILLY, A. Plano Educacional Individualizado para a inclusão da criança autista na Educação Infantil. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, v. 39, p.40-53, 2022.
- PEREIRA, D. M.; NUNES, D. R. de P. Diretrizes para a elaboração do PEI como instrumento de avaliação para educando com autismo: um estudo interventivo. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 63, p. 939-960, out./dez. 2018.

SILVA, G. L. da; CAMARGO, S. P. H. Revisão integrativa da produção científica nacional sobre o Plano Educacional Individualizado. **Revista Educação Especial**, v. 34, p. 1-23, 2021.

SILVA, G. de M. da. Plano Educacional Individualizado no Transtorno do Espectro Autista: um estudo de caso. **Anais do X Congresso Brasileiro de Educação Especial**. São Carlos, SP. 2024.